

O ambiente institucional e a oferta de bens e serviços culturais: estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

The institutional environment and the offer of cultural goods and services: a study by the Federal University of Rio Grande Sul (UFRGS)

Claudia Freire Beux¹, Tamara Cecília K Telles², Judite Sanson de Bem²

RESUMO

Este artigo tem como tema o ambiente institucional e a oferta de bens e serviços culturais: estudo da UFRGS. O objetivo geral é verificar a existência dos bens materiais culturais presentes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no tocante a seus prédios históricos, bem como abordar os principais serviços culturais prestados pela Universidade. Ao discorrer sobre o ambiente institucional e analisar sua cultura estabelecida, o artigo procura fazer uma correlação entre os temas, contextualizando a importância dessa oferta da UFRGS à sociedade. A metodologia foi de natureza aplicada, com enfoque qualitativo. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi descritiva, e quanto aos procedimentos técnicos, documental, bibliográfica, um estudo de caso, com coleta de dados, realizada através de um levantamento nos principais documentos da UFRGS e no seu site corporativo. A pesquisa sinaliza a presença de um conjunto arquitetônico de prédios históricos construídos no final do século XIX, e início do século XX, constituídos como bens culturais da Universidade e, de igual forma, a existência de ações culturais preconizadas e incluídas oficialmente nos seus respectivos Planos de Gestão (PG, 2016-2020) e de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2016-2026).

Palavras-chave: Bens Culturais; Serviços Culturais; Cultura; Gestão; Universidade

ABSTRACT

The subject of this article is the institutional environment and the provision of cultural goods and services: a study at UFRGS. The general objective is to verify the existence of cultural material goods present at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), regarding its historic buildings, as well as to address the main cultural services provided by the University. By discussing the institutional environment and analyzing its established culture, the article seeks to make a correlation between the themes, contextualizing the importance of what UFRGS offers to society. The methodology was of an applied nature, with a qualitative approach. As for the objectives, the research was descriptive, and as for the technical procedures, documentary, bibliographic, a case study, with data collection, carried out through a survey in the main documents of UFRGS and in its corporate website. The research signals the presence of an architectural set of historic buildings built in the late 19th century and early 20th century, constituted as cultural assets of the University and, likewise, the existence of cultural actions advocated and officially included in their respective Plans. Management (PG, 2016-2020) and Institutional Development (PDI, 2016-2026).

Keywords: Cultural Assets; Cultural Services; Culture; Management; University.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*E-mail: claudiabeux@yahoo.com.br

² Universidade La Salle

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estabelece um modo de relacionamento e convivência com a sociedade civil que ultrapassa os limites internos de sua Instituição. Esta relação foi consolidando-se em 88 anos de parceria, fortalecida e expressa para além do legal, do documental, do regimental. A Universidade, por ser uma instituição pública, rege-se por força do Estado (Lei), obedecendo a hierarquias e planos de governos, além de seguir preceitos constitucionais. Entretanto, é através de sua autonomia universitária que prioriza condutas e pauta-se por ações que convergem em benefícios e usufrutos da comunidade em que está inserida e para a qual presta serviço.

Em um breve histórico, a cultura e suas formas de manifestação sempre foram priorizadas no âmbito da Universidade, já demonstrada em 1937, através da reincorporação do Instituto de Belas Artes. Em 1984, houve a criação do Museu da Universidade, sendo que em 1986, mais especificamente no início de agosto, o campus central da UFRGS transformou-se em um centro cultural, através de uma posição do Reitor, antevendo um meio de aproveitamento dos prédios históricos da Universidade.

A partir do ano 2000, com a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico (SPH), a Universidade pôde fazer o planejamento, a execução, a recuperação, revitalização e restauração do denominado conjunto arquitetônico composto pelos doze prédios históricos que fazem parte do Projeto de Recuperação dos Prédios Históricos da UFRGS.

Com esse escopo cultural, abrangendo construções de arquitetura históricas, consideradas bens materiais do Estado e do País, somam-se os bens imateriais de suas atividades artísticas, coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS (PROEXT), sobretudo através do Departamento de Difusão Cultural (DDC), que estabelece parcerias com instituições, por meio de projetos de extensão, concretizados em ações expressas em serviços culturais oferecidos pela Universidade à comunidade universitária. Esses projetos são respaldos no Plano de Gestão do Reitorado (2016-2020) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2016-2026), cuja preocupação é implementar ações como forma de valorizar a cultura e o pensamento plural, através de diretrizes que norteiem suas linhas de atuação, não se restringindo à cidade de Porto Alegre, mas agregando a região metropolitana e igualmente o Litoral Norte, onde possui campus. As ações culturais da Universidade estão incluídas nos Objetivos de Impacto Social de seu planejamento estratégico, constituindo-se num processo transversal que perpassa a Administração Superior e suas Unidades Universitárias, realizadas em conjunto com

alguns Órgãos, dentre os quais a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT); a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) - proporcionando aos alunos a realização de atividades artísticas e culturais para complemento de sua formação; a Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA); a Secretaria de Comunicação (SECOM), dentre outros.

O presente artigo tem como objetivo verificar a existência dos bens culturais, especialmente os materiais, concernente a seus prédios, bem como abordar os principais serviços culturais prestados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especificamente através de ações recomendadas e implementadas no seu Plano de Gestão (PG 2016-2020) e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2026), uma vez que no primeiro (PG), o assunto encontra-se inserido em pelo menos dois de seus Objetivos Estratégicos: Objetivos de Gestão e Objetivos de Impacto Social; e, no segundo (PDI), nos Objetivos Organizacionais de Infraestrutura e nos Objetivos de Impacto Social de Inclusão (UFRGS, 2017, p. 36; 2016b, pp. 45, 49).

A pesquisa é descritiva, caracterizando-se como um estudo de caso com coleta de dados. A metodologia utilizada é de natureza aplicada, com enfoque qualitativo, e quanto aos procedimentos técnicos, documental e bibliográfica, fazendo uso de documentos e materiais disponibilizados no site da Universidade, conforme as referências ao final deste trabalho.

Como forma de auxiliar a proposta, o trabalho é dividido em três principais sessões. A primeira sessão discute bens culturais. A segunda (02), considera o ambiente institucional e sua cultura. A terceira sessão (03), apresenta a discussão de dados, explanando sobre os bens culturais imateriais de seus prédios históricos e os serviços culturais oferecidos pela UFRGS não somente à comunidade universitária, mas à sociedade em geral.

BENS CULTURAIS MATERIAIS E IMATERIAIS

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um bem cultural pode ser definido de diversas formas, de acordo com o período e a área abrangida. Segundo o Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, bem cultural, pode ser definido como “[...] um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (FERREIRA, 1986, p. 247).

O que hoje é designado como bem cultural, o Dicionário do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2017) menciona que - antigamente, nos tempos de guerra, e visando proteger as instituições -, eram debatidos como obras de arte, monumentos históricos, instituições ligadas às artes, à religião, à ciência, somando-se aos bens do ramo do conhecimento, dentre eles os relacionados à educação e ao serviço humanitário. Isso fazia sentido, pois estavam ligados às discussões diplomáticas e às reuniões com especialistas, representantes de assembleias, agregando parte dos países dos três continentes da Europa, das Américas e da Ásia, em grandes encontros internacionais.

Durante a Primeira Guerra, os bens culturais públicos e privados ficaram sob a legislação da Segunda Conferência de Haia (1907), porém não se obteve êxito nos resultados, ou seja, como conceituá-los e de que forma proteger objetos públicos e privados, envolvendo situações de guerras. Ainda assim, esse debate teve origem e foi se consolidando, ganhando força ao longo dos séculos XIX e XX, resultando, em 1954, na Convenção de Haia, pós-guerra, específica para tratar da temática bem cultural.

Segundo Botrel et al. (2011), a concepção de bens culturais ganhou outras conotações, de acordo com a época e com o meio. Houve tempos da história em que somente as obras de arte tinham importância e deveriam ser preservadas. Objetos e bens de cunho pessoal, principalmente se advindos de classes subalternas não representavam valor, mesmo os materiais encontrados nas escavações arqueológicas dos séculos XVIII e XIX. A ideia que se sobrepunha nas escavações era a da busca de objetos de interesse artístico que contivessem alguma importância utilitarista de mercado. As relíquias encontradas que não considerassem tais interesses eram descartadas, não sendo conservadas. Mas gradativamente, a concepção de bens culturais foi modificando-se. O interesse utilitarista de outrora foi superado e a preservação dos bens culturais foi sendo valorizada, ainda que produzidos por determinada classe ou etnia, em qualquer local, sendo considerados como importante herança e legado de uma sociedade ou nação. É nessa ótica que os bens culturais são reconhecidos como um conjunto de patrimônios materiais ou imateriais de relevante significado para a coletividade, para a cultura humana e para a memória social.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dentre os bens ou patrimônios imateriais, podem ser destacados a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes de um povo ou sociedade.

Os bens culturais materiais incluem os núcleos urbanos, as grandes edificações, igrejas, santuários, sítios arqueológicos e paisagísticos, como também bens individuais, móveis de uma determinada época, acervos arqueológicos, museus, documentos, bibliografias, arquivos, vídeos, fotografias, filmes. Dentre os bens culturais imateriais estão os de categoria de importância identitária e cultural, e destes fazem parte as representações, celebrações, expressões, conhecimentos, fazeres e técnicas. (BOTREL et al., 2011).

A Constituição do Brasil, de 1988, no seu artigo 216, incisos de I a IV, inclui entre os bens imateriais as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas (BRASIL, 1988, Art. 216).

Uma vez que se procurou tecer informações sobre o que são bens culturais e sua natureza cabe, em um segundo momento, abordar o ambiente em que se encontram, e até que ponto esse local está vinculado a uma cultura. Por conseguinte, far-se-á oportuna a compreensão das expressões “institucional” e “organizacional”.

O AMBIENTE INSTITUCIONAL E SUA CULTURA

Uma instituição, genericamente, está relacionada aos hábitos e costumes cristalizados, aos pensamentos comuns à maioria dos indivíduos, aos padrões concretos e a práticas solidificadas. Em uma instituição há um legado, uma legitimidade formal ou informal, e há políticas e normas que servem a um bem maior, à sociedade. “As instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao comportamento social” (ANDRADE, 2002, p. 51).

O conceito de “instituição” vem, por anos, fazendo parte dos estudos sociológicos e organizacionais, e alguns autores buscam esse conceito na antropologia. Para Hughes (1942), instituição é um empreendimento social, praticado de modo certo e contínuo, considerando seu estudo como o da sociedade em ação, mesmo que nos limites de construções sociais solidamente constituídas. Seu entendimento é que tais instituições são fenômenos sociais.

Sendo assim, Hughes (1936) cita que a durabilidade ou a permanência das instituições não está somente relacionada à satisfação das necessidades do indivíduo, as

quais estão vinculadas à sua cultura, mas a outros fatores que se estabelecem nas relações interpessoais, oriundas de fenômenos sociais, cujo comportamento coletivo é encontrado de forma particular e é socialmente constante. A ótica empregada nos estudos de Hughes (1963; 1942) prepondera a enxergar as instituições como aspectos sociais do comportamento coletivo, ou seja, a forma que o homem age reflete outros comportamentos humanos, de modo que um influencia o outro.

Por outro lado, Meyer e Rowan (1983) consideram as instituições sob a lente da sociedade pós-industrial, em que as mesmas refletem as estruturas organizacionais de uma realidade socialmente construída e influenciada pelo ambiente institucional. As regras institucionais racionalizadas interferem em maior ou menor grau na forma e na expansão da organização formal, de maneira que esta organização incorpora estas regras como elementos estruturais.

Para os autores acima, os regramentos, ou seja, os fatos e as obrigações presentes em uma instituição equivalem a um poder representado pela lei ou pela opinião pública. Os fatos estão relacionados aos processos cognitivos (pensamentos) e as leis aos processos normativos.

As organizações estão presentes no dia a dia do indivíduo, pois fazem parte das construções humanas e quase que de maneira imperceptível “[...] afetam fortemente cada aspecto da existência humana – nascimento, crescimento, desenvolvimento, educação, trabalho, relacionamento social, saúde, e até mesmo a morte” (SILVA, 2013, p. 43). Muitas vezes, não se percebe, mas certamente, constatam-se seus efeitos, no cartório, no hospital, nas igrejas, nas escolas, nos clubes sociais, nos cemitérios e crematórios. O ser humano vive em sociedade e, esta, articula-se por organizações.

Andrade (2002) refere-se a três tipos de organizações: as organizações não institucionalizadas, as organizações institucionalizadas e as instituições, comumente ditas. As primeiras dizem respeito a jovens empresas que ainda não fixaram padrões, devido, principalmente, ao tempo de atuação. No segundo exemplo, enquadrar-se-iam órgãos e empresas públicas. No terceiro exemplo, caberiam os institutos públicos. Todavia, feitas as ressalvas, toda organização deverá, com o tempo, manter um perfil institucional.

Como exemplos de instituição, citam-se: a judiciária, a educacional, a pública. O conceito de instituição é maior do que o de organização. Para este estudo, a Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) será considerada sob o ponto de vista institucional.

Segundo Freitas (2009), o tempo faz com que cada instituição solidifique sua cultura, de maneira a cristalizá-la em seus valores, crenças e normas, reproduzindo-os em suas estórias passadas de geração para geração. Não obstante, como a cultura se recicla, cabe às instituições a prática de reverem suas posições e sua própria cultura. Para a autora, as instituições apresentam pilares constituídos de processos reguladores, regras normativas e construções cognitivas. Os pilares forçam as instituições e regularizam seus comportamentos; as normas apresentam um caráter prescritivo e avaliativo, mencionando como as coisas devem ser executadas, realizadas; o pilar cognitivo é o que dá sentido às coisas, dá representação, através de estruturas internalizadas. Os elementos institucionais fazem parte das regras, normas e crenças presentes nas organizações, entretanto, de acordo com a abordagem, pode ser priorizada uma, em detrimento de outra, dependendo de seu ponto de vista e de seu objetivo.

Para Freitas (2009), os pilares (regulador, cognitivo ou normativo) estruturantes das instituições estão relacionados às lógicas ou suposições sociais: realista, construtivista, ou entre ambos, como também estão alicerçadas em suportes (Culturas, Estruturas Sociais e Rotinas).

O suporte cultural está relacionado à decodificação de um sistema em que fazem parte a codificação e interpretação de comportamentos, em que as culturas interferem reforçando e/ou mudando os comportamentos. De igual forma, as estruturas sociais dão suporte às instituições, forçando e fortalecendo o comportamento dos indivíduos enquanto “atores” que reproduzem e transformam seus próprios comportamentos. As rotinas se equivalem a comportamentos reproduzidos por hábitos arraigados ou crenças e conhecimentos implícitos.

A cultura organizacional é constituída por elementos, dentre os quais incluem-se os valores, as crenças e pressupostos, os ritos, os rituais e as cerimônias, as sagas e os heróis, as estórias, os tabus, as normas. Todos expressam a cultura das organizações. Ao seu modo, cada um contribui para tornar a organização envolvente e cheia de detalhes, sendo despercebidos de algum modo no cotidiano da vida organizacional. Entretanto, a linguagem é “funcionalizada”, as mensagens, os códigos, os comportamentos e o conteúdo são difundidos, perpetuados e passados aos mais novos (FREITAS, 2007).

Uma Instituição de Ensino Superior (IES), como a UFRGS, pode ser analisada sob dois aspectos: como instituição, através de padrões perenes e valores estabelecidos por meio de normas legais e pela prática de costumes e hábitos formados ao longo de quase um século de existência; e como organização, relacionada à educação e à sua comunidade acadêmica, composta por docentes, técnicos e alunos, visando a qualificação do ensino com o aprimoramento de seus procedimentos, processos e técnicas de gestão.

BENS CULTURAIS E SERVIÇOS CULTURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma instituição muito rica tanto em bens materiais como imateriais. Quanto aos bens materiais, a UFRGS apresenta, entre outros, um acervo edificado de expressivo valor histórico-cultural no contexto urbano da cidade de Porto Alegre, no qual convivem duas gerações históricas e artísticas de edificações dos séculos XIX e XX. Estes expressam tanto a gênese da UFRGS (sendo o berço de seus primeiros cursos) como edificações que marcam, posteriormente, a busca da instituição pela excelência acadêmica, materializada nos princípios do ensino, da pesquisa e da extensão.

O primeiro grupo é composto por doze edifícios construídos entre 1898 e 1928. Esse conjunto ilustra a Corrente Historicista, com traçado característico do estilo Eclético, estando onze deles localizados no Campus Centro, um no Campus do Vale e outro na Estação Experimental Agronômica (EEA). O segundo grupo, ou segunda geração, compreende quinze edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista, e que estão localizados nos *Campi* Centro, Saúde e Olímpico. A Capela de São Pedro, embora não faça parte da Primeira Geração de Prédios Históricos da UFRGS, por ter características arquitetônicas diferentes, é contemporânea a essas edificações e foi incorporada ao patrimônio da Universidade em 1960 (UFRGS, 2016a, s. p.).

De acordo com o Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, fazem parte dos prédios históricos: a Rádio da Universidade; a Capela de São Pedro; o Prédio Centenário da Escola de Engenharia; o Château; o Observatório Astronômico; o Castelinho; o Museu da UFRGS; a Faculdade de Direito; o Instituto Eletrotécnico; a Faculdade de Agronomia; o Antigo Prédio da Faculdade de Medicina; o Antigo Prédio do Instituto de Química

(agora Centro Cultural), e o Instituto Parobé. Os prédios que compõem a segunda geração compreendem: o Anexo I da Reitoria; a Faculdade de Arquitetura; o Cinema e o Teatro; a Faculdade de Economia; a Escola de Engenharia; a Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação); a Faculdade de Educação; a Faculdade de Farmácia; o Instituto de Artes; a Faculdade de Odontologia; o Planetário; a Faculdade de Psicologia; a Reitoria; o Salão de Atos, e o Centro Natatório.

As edificações fazem parte dos bens culturais materiais da UFRGS, sendo que recentemente um deles, a sede da Faculdade de Química, situado no Campus Centro, passou por um processo de recuperação, sendo restaurado e transformado em um Centro Cultural em 2019. Este se transformou num equipamento cultural com programação ao público externo, mediante cotas de pagamento através de seleção de projetos por edital. As mostras são realizadas por meio de parcerias, destacando-se entre estas, principalmente, a Aliança Francesa, o SESC, o Instituto Goethe, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e Clube de Cinema de Porto Alegre. Além do Centro Cultural, a Universidade dispõe e gerencia, por meio do Departamento de Difusão Cultural (DDC), outros espaços culturais como: Sala Redenção, Cinema Universitário, Sala Fahrion, Salão de Festas e Galeria Maria Lucia Cattani.

O DDC é um órgão que faz parte da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFRGS, responsável pelo gerenciamento e execução dos projetos culturais da Universidade. O departamento desenvolve atividades artísticas, por meio de projetos como o Unimúsica, direcionado à cena musical no meio universitário no país, e Unifoto, com atuação em exposições de fotógrafos ligados ao meio universitário, apresentando temas variados.

A Universidade acredita que a extensão é um dos seus pilares, ligando-a à comunidade, em todas as esferas do contexto social. Através da sua política de extensão, a UFRGS amplia a integração com o ambiente acadêmico, oportuniza a inclusão social, principalmente através de projetos multidisciplinares e interdisciplinares e favorece o empreendedorismo e a inovação.

A Secretaria de Comunicação (SECOM) é outro órgão administrativo da Universidade preocupada com a cultura, manifestada por intermédio de equipamentos culturais como a Rádio, a TV e a Gráfica Universitária, comunicando-se com a sociedade através de redes interativas como o Facebook, o Twitter e o Instagram, e de projetos de

desenvolvimento de plataformas digitais com o intuito de uma melhor comunicação institucional.

Em seu último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2016-2026), por meio de seus Objetivos de Impacto Social, mais especificamente de Interação, é demonstrado o compromisso da Universidade com a ampliação e o incentivo de sua interação com os demais segmentos da sociedade, seja no campo acadêmico como também no cultural, social, artístico, promovendo a cultura da paz, o voluntariado, a partilha e a apropriação de saberes, e o respeito aos direitos humanos.

No Estatuto e no Regimento da UFRGS, em seu artigo terceiro, constam os princípios constitucionais pelos quais a Universidade é guiada. O primeiro item diz respeito à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Uma de suas finalidades é o desenvolvimento da produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão. Para atingir seus fins, no artigo sexto, a Universidade deve, dentre outros propósitos, constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária; e cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais (UFRGS, 1994a).

O parágrafo acima procura ilustrar o compromisso da Universidade com a propagação do ensino e do saber, com a obtenção e com a troca de conhecimentos, posicionando a cultura em lugar de destaque e de constante atenção. Em uma digressão histórica, ratificando esse compromisso, no ano de 1949 foi criado o Setor de Cultura dentro da Universidade o qual se tornou, posteriormente, no Departamento de Difusão Cultural. Em 1954, iniciou-se a construção do prédio da Reitoria (que abriga a Administração Superior), sendo sua conclusão em 1957. Desde a década de cinquenta, neste prédio encontram-se o Salão de Atos e o Salão de Festas que passaram a fazer parte da vida social da Universidade e da Cidade, sendo também local para exposições de arte. Neste relato, cabe destacar sobre o Jornal da Universidade criado em 1997, com uma tiragem de quinze mil exemplares e com uma periodicidade mensal.

De acordo com o estudo, constatou-se que a UFRGS é um referencial em bens culturais materiais, pela riqueza centenária expressa na arquitetura de seus belos prédios históricos - que poderiam, sem dúvida alguma, ser cenário para aprofundamento a muitas pesquisas -, e um *case* de sucesso em serviços culturais, igualmente objeto de estudo sob

outros aspectos, especialmente quando analisados sob um enfoque multi e transdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou identificar os bens culturais presentes na Universidade do Rio Grande do Sul, e os serviços culturais ofertados por esta, contextualizando o ambiente institucional e sua cultura. Como expresso em seu regramento (Estatuto e Regimento) e condizente com seu planejamento (Planos de Gestão e de Desenvolvimento Institucional), a Universidade valoriza a cultura e suas formas de manifestação, quer implementando projetos, oferecendo serviços culturais à sociedade, quer promovendo ações, zelando pela conservação de seu patrimônio cultural material.

Com o decorrer dos anos, e com a inexorável modificação dos tempos, a Universidade é, hoje, uma instituição que abrange todas as áreas do conhecimento desenvolvidas através do ensino, da pesquisa e da extensão, mas teve de se ajustar ao século XXI, sempre mantendo seus princípios e valores, tal como preconizado através do Art. 5º, título II do Estatuto: “A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão”.

A Universidade prioriza, por meio de atividades de extensão, a liberdade nas suas mais diversas formas de expressão cultural, das reportagens de rádio e TV, às mídias sociais e às artes cênicas. Nos diversos *campi* na Capital ou no Litoral Norte, a UFRGS não mede esforços em fornecer à comunidade universitária ensino de qualidade e de valorização às conquistas sociais obtidas ao longo de sua história. Seu Salão de Atos é um espaço para a convivência plural, para debates e apresentações que procuram levar à sociedade os mais variados temas sob diversos enfoques. Seus prédios centenários refletem a preservação da memória institucional e da produção artística, cultural e científica da Universidade.

Valendo-se desta pesquisa, chega-se à conclusão que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresenta um acervo de bens materiais e imateriais de relevância histórica, corroborada em documentos e referencial bibliográfico à coleta de dados. Paralelamente a seu universo institucional, serviços culturais são disponibilizados à

sociedade, refletindo sua preocupação na propagação de ações culturais, como forma de valorização da cultura e, por consequência, de contribuição na formação do ser humano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F. As Análises Institucionalistas nas Organizações e o Conceito de "Institucional". **Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura**. n.3, Portugal, 2002, p. 49 - 50.

BRASIL. Senado Federal. **Art. 2016**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_216_.asp. Acesso em 16 jun. 2021

BOTREL, M. de O.; Araújo, P. G. de; Pereira, J. R. **Gestão de Bens Culturais no Brasil: desafios e perspectivas**. Universidade Federal de Lavras (Brasil). Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados?9411/PS0411_13.pdf. Acesso em 27 mai. 2022.

FREITAS, M. E. de. Cultura Organizacional – Evolução e Crítica. **Coleção Debates em Administração**. Cengage Learning Edições Ltda. São Paulo, 2007.

FREITAS, P. A. S. –**Teoria Institucional Contemporânea**. Disponível em: <http://www.dep.ufscar.br/blog/iod/wp-content/uploads/2009/12/1.3-SCOTT.pdf>. Acesso em 30 mai. 2021.

HUGHES, E. C. The Ecological Aspect of Institutions. **American Sociology Review**, v. 1, n. 2, p. 180-189, Apr. 1936.

IPHAN, 2017, s. p. - **Verbetes “Bem Cultural”**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>. <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>. Acesso em 20 mai. 2019.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, n. 2, p. 340-363, 1983.

_____. **Instituionalized Organizations: formal structure as myth and ceremony**. SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da Administração. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

UFRGS. **Anexo à Decisão nº 170/2017-CONSUN**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-170-2017-anexo>. Acesso em 27 mai. 2021.

_____. **Difusão Cultural**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/difusaocultural/>. Porto Alegre: UFRGS, s. a. Acesso em 03 jun. 2021.

_____. **Estatuto e Regimento**. Porto Alegre: UFRGS, 1994a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 31 mai. 2021.

_____. **Os Prédios Históricos**. Porto Alegre: UFRGS, 2016a. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/os-predios-historicos/>. Acesso em 04 jun. 2021.

_____. **PDI 2016 – 2026**. Porto Alegre: UFRGS, 2016b. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdi>. Acesso em 31 mai. 2021.

_____. **Preservação do Patrimônio Edificado da UFRGS - Château – Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural** – Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

_____. **Relatório de Gestão UFRGS 2012**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/plano-de-gestao-2012-2016>. Acesso em 04 jun. 2021.

Recebido em: 23/12/2022

Aprovado em: 15/01/2023

Publicado em: 19/01/2023